

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2012.

de dezembro de 2012 e de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas e do semestre findo em 31 de dezembro de 2012.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)		
	2012	2011
Ativo		
Circulante	326.907	303.638
Disponibilidades	12	48
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	34.369	54.013
Aplicações no mercado aberto	34.369	54.013
Operações de crédito	253.966	238.522
Setor privado (Nota 5 (a))	269.984	253.413
Provisão para oper. de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(16.018)	(14.891)
Outros créditos	8.967	7.639
IR e CS diferidos (Nota 14 (b))	1.062	3.125
Títulos e créditos a receber (Nota 5(a))	167	254
Outros créditos diversos (Nota 6)	7.986	5.116
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(248)	(856)
Outros valores e bens (Nota 7)	29.593	3.416
Realizável a longo prazo	471.836	439.430
Operações de crédito	459.170	426.736
Setor privado (Nota 5 (a))	470.775	438.459
Provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(11.605)	(11.723)
Outros créditos	12.666	12.694
IR e CS diferidos (Nota 14 (b))	12.805	12.893
Provisão para outros créditos em liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	(139)	(199)
Permanente	739	743
Imobilizado de uso	397	421
Imobilizações de uso	773	746
Depreciações acumuladas	(376)	(325)
Intangível	342	322
Imobilizações de uso	696	550
Amortizações acumuladas	(354)	(228)
Total do ativo	799.482	743.811

Demonstrações de Resultados dos Exercícios e Semestre findos em 31 de Dez. de 2012 e 2011 (em milhares de reais)			
	2º Sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Receitas da intermed. financeira	42.845	86.213	86.983
Operações de crédito	41.351	82.439	81.098
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.494	3.774	5.885
Despesas da intermed. financeira	(14.930)	(35.317)	(38.766)
Operações de empr. e repasses	(16.027)	(33.202)	(32.994)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5 (e))	1.097	(2.115)	(5.772)
Res. bruto da interm. financeira	27.915	50.896	48.217
Outras rec. (resp.) operacionais	(5.899)	(11.657)	(9.902)
Rendas de tarifas bancárias	357	647	641
Despesas de pessoal	(4.253)	(8.319)	(9.191)
Outras despes. administr. (Nota 16)	(2.090)	(4.236)	(5.012)
Despesas tributárias (Nota 17)	(1.340)	(2.660)	(1.497)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 18)	1.427	2.911	5.157
Resultado operacional	22.016	39.239	38.315
Resultado não operac. (Nota 19)	(101)	(157)	(2.275)
Res. antes da tribut. sobre o lucro IR e CS	21.915	39.082	36.040
Corrente (Nota 14 (a))	(6.749)	(14.069)	(16.328)
Diferido (Nota 14 (a))	(2.079)	(2.225)	1.936
Lucro líq. do semestre/exercício	13.087	22.788	21.648
Lucro líquido do semestre/exercício por ação - RS	0,131	0,228	0,216

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios e Semestre findos em 31 de Dez. de 2012 e 2011 (em milhares de reais)			
	2º Sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Fluxo de caixa das ativ. operacion. Lucro líq. do semestre/exercício	13.087	22.788	21.648
IR e CS			
Corrente	6.749	14.069	16.328
Diferido	2.004	2.150	(1.936)
Lucro líq. antes do IR e da CS	21.840	39.007	36.040
Ajustes:			
Depreciações	128	245	192
Provisão p/créditos de liq. duvidosa	(1.097)	2.115	5.772
Despesas de juros e variações monetárias da interm. financeira	16.027	33.202	32.994
Lucro líquido ajustado	36.898	74.569	74.998
Varição de ativos e obrigações			
(Aum.)Redução em oper.de crédito (Aum.)Redução em outros créditos	(43.303)	(48.887)	(26.183)
Baixa de oper. de crédito de liq. duvidosa para prejuízo (nota 5.f) (Red.) Aum. em outras obrigações	(284)	(1.774)	(1.119)
Dividendos propostos	7.489	4.841	7.289
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(6.438)	(6.438)	(5.142)
Red.em result.de exercícios futuros	(111)	(111)	-
Caixa proveniente das operações	(589)	(1.162)	(1.373)
Juros pagos	(7.175)	18.253	51.347
IR e CS pagos	(16.613)	(33.844)	(33.608)
Caixa líq. proveniente das atividades operacionais	(8.135)	(16.095)	(15.740)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(Aquis.) Alienaç.de bens não de uso	(18.250)	(26.177)	3.497
Aquisição de imobilizado	(47)	(240)	(217)
Caixa líquido aplicado em prov. de ativo investimentos	(18.297)	(26.417)	3.280
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captações de obrigações por empréstimos e repasses	152.715	247.115	189.817
Liq. de obríg. para emp. e repasses	(108.898)	(202.692)	(189.107)
Dividendos pagos	-	(6.000)	(6.119)
Caixa líquido aplicado em prov. de atividades de financiamentos (Red.) de caixa e equiv. de caixa (Red.) de caixa e equiv. de caixa	(6.403)	(19.680)	(130)
Caixa e equiv. de caixa no início do semestre/exercício	40.784	54.061	54.191
Caixa e equiv. de caixa no final do semestre/exercício	34.381	34.381	54.061
(Red.) de caixa e equiv. de caixa	(6.403)	(19.680)	(130)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios e Semestre findos em 31 de Dez. de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Outros result. abrangentes	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2010	100.000	2.961	32.670	-	-	135.631
Dividendos complementares (R\$ 9,76 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(976)	(976)
Dividendos propostos (R\$ 51,42 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(5.142)	(5.142)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.648	21.648
Destinações:						
Reserva legal	-	1.082	-	-	(1.082)	-
Reservas de lucros	-	-	14.448	-	(14.448)	-
Em 31 de dezembro de 2011	100.000	4.043	47.118	-	-	151.161
Varição do exercício	-	1.082	14.448	-	-	15.530
Em 31 de dezembro de 2011	100.000	4.043	47.118	-	-	151.161
Dividendos complementares (R\$ 18,87 por lote de mil ações)	-	-	(859)	-	(1.026)	(1.885)
Dividendos propostos (R\$ 54,46 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(5.412)	(5.412)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.788	22.788
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(111)	-	(111)
Destinações:						
Reserva legal	-	1.140	-	-	(1.140)	-
Reservas de lucros	-	-	15.210	-	(15.210)	-
Em 31 de dezembro de 2012	100.000	5.183	61.469	(111)	-	166.541
Varição do exercício	-	1.140	14.351	(111)	-	15.380
Em 30 de junho de 2012	100.000	4.528	55.475	-	-	160.003
Dividendos complementares (R\$ 10,26 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(1.026)	(1.026)
Dividendos propostos (R\$ 54,12 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(5.412)	(5.412)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	13.087	13.087
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(111)	-	(111)
Destinações:						
Reserva legal	-	655	-	-	(655)	-
Reservas de lucros	-	-	5.994	-	(5.994)	-
Em 31 de dezembro de 2012	100.000	5.183	61.469	(111)	-	166.541
Varição do semestre	-	655	5.994	(111)	-	6.538

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios e Semestre findos em 31 de Dez. de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	2º Sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Receitas			
Receitas de intermediação financ.	42.845	86.213	86.983
Receita de prestação de serviços	357	647	641
Outras rec. (resp.) oper. e não operac.	1.326	2.753	2.882
Provisão p/créditos de liq. duvidosa	1.097	(2.115)	(5.772)
	45.625	87.498	84.734
Recursos obtidos de terceiros			
Despesas de interm. financeira	(16.027)	(33.202)	(32.994)
Mat. energia, serv. de terc. e outros	(1.510)	(3.106)	(4.029)
Valor adicionado total bruto	28.088	51.190	47.711
Depreciação	(128)	(245)	(192)
Valor adicionado líquido produzido pelo Banco - Total a distribuir	27.960	50.945	47.519
Dist.do valor adic.:Pessoal e encarg.			
Remuneração direta	3.156	6.142	7.128
Benefícios	499	1.011	818
FGTS	164	317	466
	3.819	7.470	8.412
Impostos, taxas e contrib.: Federais	10.583	19.764	16.629
Estaduais	-	1	2
Municipais	18	37	37
	10.601	19.802	16.668
Remuneração de capitais de terc.			
Aluguéis	453	885	791
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	6.438	6.438	6.118
Lucros retidos	6.649	16.350	15.530
	13.087	22.788	21.648
Valor adicionado distribuído	27.960	50.945	47.519

Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Exercícios e Semestre findos em 31 de Dez. de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	2º Sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Resultado do Período	13.087	22.788	21.648
Outros Resultados Abrangentes	(111)	(111)	-
Reconhec. do pas. atuarial (Nota 21)	(186)	(186)	-
Efeito trib. sob. o pas. atuarial(Nota21)	75	75	-
Resultado Abrangente do Período	12.976	22.677	21.648

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios e Semestre findos em 31 de Dez. de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

1. **Contexto operacional:** O Banco Moneo S.A. iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiros "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o banco pertence.

2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em 04 de fevereiro de 2013 o Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data.

3. **Principais práticas contábeis:** a) *Auração de resultados:* As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. b) *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. c) *Títulos e valores mobiliários:* De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **I. Títulos para negociação:** Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **II. Títulos disponíveis para a venda:** Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **III. Títulos mantidos até o vencimento:** Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. d) *Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:* As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por nível de risco (de AA até H). Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. e) *Ativo permanente:* O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5

Realizável a longo prazo

	2012	2011	2012	2011	2012	2011
--	------	------	------	------	------	------

Classificação

Disp. p/negociação	34.369	54.013	-	-	34.369	54.013
--------------------	--------	--------	---	---	--------	--------

Valor de mer.Valor de mer.Valor de mer.

	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor de mer.Valor de mer.Valor de mer.	Valor de mer.Valor de mer.Valor de mer.	Valor de mer.Valor de mer.Valor de mer.
--	-----------------	---------------	---	---	---

Operações de crédito: As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recupera) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como intermediador financeiro em operações de Finance Leasing. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à (alienação fiduciária, duplicatas, hipoteca) que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido. a) *Composição das operações de crédito, títulos e créditos a receber:*

	2012	2011
Empréstimos	88.235	68.721
Títulos descontados	10.749	16.136
Compror	8.078	-
Financiamento	633.699	607.015
Total	740.759	691.872
Circulante	269.984	253.413
Realizável a longo prazo	470.775	438.459
Total	740.759	691.872
Provisão para créditos de liq. duvidosa	(27.623)	(26.614)
Total líquido	713.136	665.258

Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 5(d))

Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5(d))	(9)	(182)
Total líquido	158	72

Total das oper. de crédito e outros créditos

Total das oper. de crédito e outros

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras nos Exercícios e Semestre findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	2012	2011
Passivos contingentes - processos cíveis	15	4
Obrigações legais - fiscais (Nota 9 e Nota 6)	3.482	3.482
	3.497	3.486

Processos cíveis: São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$ 3.826 (R\$ 2.254 em 2011) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 36 ações. **Obrigações legais - fiscais:** Consiste principalmente, em ação de revisão na base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, estes valores estão apresentados na conta "Outros créditos - diversos" na rubrica de Recursos fiscais conforme Nota 6. A partir de agosto de 2011, considerando a possibilidade provável de perda, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **12. Resultados de exercícios futuros:** Constituídos por receitas com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing", a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2012	2011
2012	-	1.227
2013	683	603
2014	300	302
2015	107	119
2016	3	3
	1.093	2.254

13. Patrimônio líquido: a) **Capital social:** O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 100.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 100.000. b) **Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 61.358 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. c) **Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com a legislação societária e o estatuto social, foram calculados conforme abaixo:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	22.788	21.648
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(1.139)	(1.082)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	21.649	20.566
Percentual de dividendos mínimos (25%)	5.412	5.142
Percentual de dividendos complementares	1.026	-
Dividendos mínimos propostos	6.438	5.142

Em 30 de março de 2012, foram pagos dividendos complementares no valor de R\$ 859 com base em lucros acumulados registrados em reservas de lucros, que foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2012. No exercício foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Saldo anterior, em 31 de dezembro	5.141	5.142
Dividendos complementares provisionados	859	976
Pagamentos realizados no exercício	(6.000)	(6.118)
Saldo atual, em 31 de dezembro	-	-

Os resultados do exercício 2012 foram destinados à constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. **14. Imposto de renda e contribuição social:** a) **Imposto de renda e contribuição social correntes:** Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

	2º sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Lucro antes da trib.sobre o lucro	21.915	39.082	36.040
IR e CS às aliq.nominais de 40%	(8.766)	(15.633)	(14.416)
Adições perm. no imposto corrente	(74)	(685)	-
IR diferido s/Provisão Marcoprev	75	75	-
Outras adições, líquidas	12	24	24
IR e CS no resultado	(8.753)	(16.219)	(14.392)
IRPJ corrente	(4.269)	(9.041)	(10.196)
CSLL corrente	(2.480)	(5.028)	(6.132)
IRPJ diferido	(1.225)	(1.344)	1.210
CSLL diferido	(779)	(806)	726
	(8.753)	(16.219)	(14.392)

Aos Administradores e Acionistas do Banco Moneo S.A. - Caxias do Sul - RS: Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas de-

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2012	2011
Diferenças temporárias		
Provisão para créditos de liq. duvidosa (Nota 5 (d))	28.010	27.669
Créditos baixados para prejuízo	1.758	4.052
Provisão para Gratificação Administradores	-	2.798
Provisão para contingências (Nota 11)	3.497	3.486
Provisão para perdas em bens não de uso (Nota 7)	529	1.075
Perdas em bens não de uso baixados p/prejuízo	685	965
Provisão Marcoprev	186	-
Base de cálculo para IR e CS	34.665	40.045
Impostos diferidos - Imposto de renda (25%)	8.667	10.011
Impostos diferidos - Contribuição social (15%)	5.200	6.007
Ativo fiscal diferido	13.867	16.018
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	1.082	3.125
Realiz. a longo prazo (classif. em "Outros créditos")	12.805	12.893
Ativo fiscal diferido	13.867	16.018

c) **Movimentação**

	2012	2011
Saldo anterior, em 31 de dezembro	16.018	13.205
Ajuste crédito tributário	-	877
Crédito tributário constituído no exercício	1.945	4.253
Crédito tributário revertido no exercício	(4.092)	(2.317)
Saldo atual, em 31 de dezembro	13.867	16.018

d) **Expectativa de realização dos créditos tributários:** Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme sua exclusão no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2012	2011
2012	8.667	3.125
2013	1.062	3.983
2014	2.886	3.369
2015	4.856	5.509
2016	4.801	-
2017	240	32
2018	22	-
	13.867	16.018

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2012, calculado com base na taxa média de captação de 7,29% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 11.650 (R\$ 12.684 em 2011 à taxa de 10,91% a.a.). **15. Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 31 de dezembro de 2012, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 19,49%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%. **16. Outras despesas administrativas:**

	2º sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Despesas com proces. de dados	319	622	644
Despesas com localiz. e função	314	650	491
Despesas de propag. e publicidade	105	171	169
Despesas de serv. do sist. financeiro	263	484	422
Despesas de serv. técnicos espec.	466	862	901
Despesas de viagem no país	325	646	747
Custas jud. e cartorár. de bens retom.	116	474	323
Despesas com provisão para perdas com bens não de uso	-	6	1076
Outras	182	321	239
	2.090	4.236	5.012

17. Despesas tributárias: Aliquota

	2º sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Programa de integração social (PIS)	0,65%	185	367
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.136	2.254
Imposto s/serviços (ISS)	5,00%	18	32
Outras despesas tributárias	-	1	7
Total	-	1.340	2.660
	-	1.340	1.497

18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2º sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Recup. de créditos baixados p/prej.	1.011	1.566	2.836
Rendas de garantias prestadas	1.068	2.280	2.443
Reversão provisões operacionais com veículos apreendidos	144	559	2.136
Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso)	(766)	(1.430)	(1.035)
Disp. c/perdas ações judiciais	(15)	(34)	-
Provisão para contingências fiscais	(15)	(30)	(1.223)
	1.427	2.911	5.157
Outras receitas operacionais	2.223	4.405	7.415
Outras despesas operacionais	(796)	(1.494)	(2.258)
	1.427	2.911	5.157

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

monstrações financeiras com base em nossa auditoria, concluída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui,

19. Resultado não operacional:

	2º sem. de 2012	Exerc. de 2012	Exerc. de 2011
Despesas não operacionais	(248)	(513)	(2.848)
Receitas não operacionais	147	356	573
	(101)	(157)	(2.275)

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retornados ou recebidos em dação de pagamento). **20. Partes relacionadas:** a) **Transações e saldos:** O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 56 (R\$ 91 em 2011) no exercício para a Marcopolo S.A. b) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 29 de março de 2012 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de R\$1.800. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ocorreram despesas no valor de R\$ 1.250 (R\$ 3.357 em 2011), conforme segue:

	2012	2011
Remuneração - pró-labore	538	456
Encargos sociais	121	103
Benefícios agregados	591	2.798
	1.250	3.357

A ata da reunião do Conselho de Administração de 07 de maio de 2012 aprovou a Política de Remuneração dos Administradores, em consonância com a Resolução nº 3921/10 do BACEN. c) **Outras informações:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foi concedido financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **21. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2012 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 105 (R\$ 86 em 2011). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial anual, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo apresentado:

	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(1.532)	(790)
Valor justo dos ativos do plano	1.346	785
Ativo (Passivo) líquido	(186)	(5)

a) **A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue:**

	2012	2011
Passivo líquido no início do exercício	(5)	-
Ganho (perda) reconhecida	(160)	(27)
Efeito limite	-	8
Despesas no ano	(126)	(72)
Contribuições reais da empresa no ano	105	86
Passivo líquido não provisionado	-	5
Passivo líquido no final do exercício	(186)	-
Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:	-	-
Despesas	2012	2011
Custo de serviço corrente	149	87
Custo dos juros	80	45
Rendimento esperado do ativo do plano	(103)	(56)
Contribuições de funcionários	-	(4)
	126	72

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

	% ao ano
b) Hipóteses econômicas:	
Taxa de desconto	9,32
Taxa de rendimento esperada s/os ativos do plano	9,32
Aumentos salariais futuros	7,63
Inflação	4,50

	2012 e 2011
c) Hipóteses demográficas:	
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial segundo as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards) foi concluída em 17 de janeiro de 2013 e realizada pelos atuários independentes Tower Watson Foster & Crosby Ltda. **22. Estrutura de gerenciamento de risco:** a) **Risco operacional:** O Banco Moneo atendendo às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional a qual o Banco está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos

produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Compliance Officer e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Risco de mercado:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultante da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Risco e Crédito. Também fazem parte desta estrutura: Compliance, Controller, Gerência de Riscos e Auditoria Interna. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Risco de crédito:** A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito a qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito e Cobrança, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Risco e Crédito, Gerência de Crédito e Gerência de Riscos. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Gerenciamento de capital:** O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Risco e Crédito, Gerência de Riscos e Gerência de Controladoria. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Relatório de riscos (Consolidado):** O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações relativas a gerenciamento de riscos, exposição a riscos e à adequação de capital da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, conforme disposto na Circular 3.477/2009 do Banco Central do Brasil.

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Rubens De La Rosa - Vice presidente do conselho
Carlos Zignani - Conselheiro
José Antonio Valliati - Conselheiro

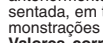
Diretoria

José Antonio Valliati - Diretor administrativo e financeiro
Fábio Dahlem da Rosa - Diretor comercial
José Fernando Bettoni - Diretor de risco e crédito

Contador

Sergio Abegg - CRC/RS 49.370/O-6

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2013



Audidores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-RS

Wladimir Omiechuck
Contador
CRC 1RS041241/O-2